

**ACTA**

Aos dezoito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----
Secretariou a Técnica Superior, Marta Sofia das Neves Ribeiro Cunha. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – a) – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “1 - O PSD está seriamente preocupado com a instabilidade que se vive na Câmara Municipal, relacionada com a gestão dos Recursos Humanos da autarquia, que tem originado protestos e manifestações dos trabalhadores. Sabemos todos que a qualidade dos serviços prestados aos vimaranenses está directamente relacionada com o bom ambiente que deve existir no posto de trabalho e a motivação e o empenho dos trabalhadores e que o estado actual da relação do Município com os seus trabalhadores incluindo o pessoal não docente apresenta nuvens carregadas no horizonte que a todo o momento pode originar “tempestades”. E nesta situação são todos os vimaranenses que sofrem as consequências. Nos termos da **Lei nº 12-A/2008** compete ao Presidente da Câmara tomar decisões

nos domínios dos prémios de desempenho. nas carreiras e recrutamentos. Compete ainda de acordo com a **Lei nº 66-B/2007** proceder à avaliação de desempenho dos trabalhadores que deve assentar em critérios de credibilidade, facilidade de recolha, clareza, pertinência face aos objectivos e estes critérios devem ser do conhecimento prévio de todos os trabalhadores. Para esse efeito por **despacho nº 26721-A/2009** do Ministro de Estado e das Finanças estava obrigada a elaborar e enviar para aprovação, **até 15 de Fevereiro de 2010**, o processo do Quadro de Avaliação e Responsabilização-2010 (QUAR). Foi este prazo cumprido? Qual é a constituição do Conselho Coordenador da Avaliação? 2 - No que diz respeito ao **peçoal não docente** e relativamente à atribuição de prémios de desempenho, o Gabinete de Gestão Financeira (GGF) do Ministério da Educação emitiu para os Agrupamento de Escolas em 15/10/2009 um **ofício circular nº 14/GGF/2009**, recomendando o preenchimento de um quadro com a listagem do peçoal não docente que de acordo com os critérios e as quotas definidas seriam alvo de atribuição de prémios de desempenho de 2009. Ainda no mesmo ofício é dito que, em relação ao peçoal não docente que foi transferido para o Município o pagamento deste prémio é um encargo do Ministério da Educação, tendo o Presidente da Câmara apenas que sujeitar as propostas ao Executivo e uma vez aprovadas serem remetidas de novo ao GGF via Agrupamento de Escolas. Qual foi a decisão tomada pelo sr. Presidente da Câmara? 3 – **O artigo 46º da Lei nº 12-A/2008** prevê a possibilidade de o Presidente da Câmara Municipal decidir sobre o modelo de Alteração do posicionamento remuneratório - Opção Gestonária. Atendendo a que temos lido posições contraditórias do Vereador Dr. José Augusto e do Sr. Presidente quanto à aplicação da opção gestonária gostaria de



ouvir do Sr. Presidente qual foi a sua decisão e quais os fundamentos que estiveram na base dessa decisão". **2 – Vereador António Salgado Almeida** – Manifestou a sua preocupação com as repercussões do fenómeno do desemprego na região, alertando para a necessidade de se encontrar soluções para resolver o grande problema social existente no concelho. Disse, ainda, que a Câmara Municipal deveria reunir os parceiros sociais para debater a questão e pressionar o Governo a encontrar soluções. **3 – Vereador José Augusto Araújo** – No que diz respeito à intervenção do Vereador José Manuel Antunes começou por dizer que em reunião realizada em 7 de Janeiro último a Câmara Municipal deliberou aprovar a criação, no âmbito do Conselho Coordenador de Avaliação, de uma secção autónoma para a avaliação do pessoal não docente que é presidida pelo Presidente da Câmara, podendo essa competência ser delegada num Vereador, integrando os directores dos Agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas respectivas ou os seus representantes. Esclareceu que o Conselho Coordenador de Avaliação integra o Presidente da Câmara, os Vereadores em exercício, bem como alguns dirigentes da Câmara Municipal. Relativamente à orçamentação e gestão das despesas com pessoal, referiu que a opção de não se atribuir prémios de desempenho relativos à avaliação de 2009 foi cautelosa e sensata. Quanto à definição do QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização da Câmara Municipal de Guimarães, disse que este procedimento está atrasado em todos os serviços da Administração Pública, havendo orientação por parte do Ministério das Finanças para que a sua elaboração seja feita de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2010. Finalmente, disse que a Câmara Municipal já assumiu o compromisso de rever a situação

dos trabalhadores cujos salários sejam mais baixos e que estejam há mais tempo sem progressão na carreira. **4 – Presidente da Câmara – a)** – Relativamente à intervenção do Vereador António Salgado Almeida disse que habitualmente dá conhecimento em reunião de Câmara do Boletim do Governo Civil relativo ao Emprego/Desemprego no Distrito de Braga. Acrescentou que a resolução do problema do desemprego não é só da responsabilidade da Câmara Municipal, mas sim de todos os intervenientes sociais, sendo que a maior dificuldade será a de saber como encontrar soluções de modo a sufragar este flagelo social; **b)** – Ainda relativamente à intervenção do Vereador José Manuel Antunes, disse que as decisões são tomadas para o universo dos trabalhadores do Município, pelo que não se abrirá excepção à atribuição de prémio de desempenho ao pessoal não docente. Fez questão de indicar que a prioridade em termos de gestão de recursos humanos será dada à contratação de funcionários para as áreas mais carenciadas. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da atribuição, pela Universidade do Minho, do Prémio de Mérito à Investigação 2010 ao cientista Rui Reis, Director da Unidade de Investigação 3B's e do Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa; **2** – Da atribuição, pela Sociedade Portuguesa de Autores e pela RTP, do Prémio Autores 2010 – Melhor Espectáculo de Teatro a "A Orelha de Deus", uma co-produção do Teatro Oficina, Culturgest e Causas Comuns que estreou em Setembro do ano passado na Culturgest, em Lisboa, e subiu ao palco do Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães, no passado dia 2 de Outubro; **3** – Elogiou o desempenho do Clube Desportivo Xico Andebol que eliminou o



Sport Lisboa e Benfica nos quartos-de-final da Taça de Portugal, dias depois de ter garantido o apuramento para os quartos-de-final da Challenge Cup; **4** – Do ofício da Resinorte – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. dando conhecimento que o Conselho de Administração, em sua reunião realizada em 30 de Dezembro, deliberou aprovar a Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos a aplicar no ano de 2010, cujo valor é de €32,13/tonelada; **5** – De uma informação do Gabinete Técnico Local relativa à reabilitação de 16 edifícios na zona histórica de Guimarães ao abrigo do Regime Especial de Comparticipação a Imóveis Arrendados, sendo que a maioria daqueles imóveis se situa na Zona de Couros, onde a Câmara Municipal e a Universidade do Minho vão desenvolver o projecto CampUrbis para a instalação de um pólo universitário. --- Pelas 11.00 foi apresentado o ponto de situação do processo de revisão do Plano Director Municipal de Guimarães pelo Arq.º Nuno Portas, representante da equipa de assessoria técnica exterior à Câmara Municipal de Guimarães e pelo Arq.º Filipe Fontes, Director do Departamento de Planeamento e Projectos Urbanísticos, em regime de substituição. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

1 – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de Fevereiro de 2010, que delegou e subdelegou no Vereador Amadeu Artur Matos Portilha, ao abrigo do n.º 1, do artigo 69º e do n.º 2 do art.º 65º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as competências que cabem ao Município em matéria de turismo, cabendo-lhe, designadamente, participar na definição das políticas de turismo que digam respeito ao concelho, prosseguidas pelos organismos ou instituições envolvidas, conforme previsto na

alínea g), do art.º 28º, da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro; **2** – Da seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “**Revisão do Plano Municipal de Emergência (PME)** – Dando sequência à Lei n.º 65/2007 da Comissão Nacional de Protecção Civil encontra-se em fase de revisão o Plano Municipal de Emergência de Guimarães. Através de protocolo com a CIM do Ave, foi apresentada uma candidatura ao **ON.2 – Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial – Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos** – Acções Imateriais de forma à participação da revisão do respectivo plano. Nos termos do nº 8 do artigo 4º da Directiva anexa à Resolução 25/2008, é obrigatória a realização de uma consulta pública das componentes não reservadas do PME (Partes I, II e III e Secção I da Parte IV). Essa consulta pública é promovida pela Câmara Municipal e deverá desenrolar-se por um prazo não inferior a 30 dias. Tendo em conta que as componentes não reservadas do PME já se encontram concluídas, existe a necessidade de se proceder à discussão pública de forma a obter os contributos necessários à conclusão do mesmo. Deste modo, remeta-se à reunião de Câmara para conhecimento o ponto de situação do referido Plano. À consideração superior”. O PME encontra-se disponível para consulta na Secretaria-Geral, sendo fornecido um exemplar quando solicitado. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 4 DE FEVEREIRO DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. --
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – ALTERAÇÃO – Presente a



seguinte informação do Director de Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, em regime de substituição: "Por deliberações da Câmara Municipal de 18 de Junho e 23 de Julho de 2009, foram aprovadas duas "Correcções Materiais" do Plano Director Municipal de Guimarães (PDM), nos termos do regime procedimental previsto no artº 97-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro), pelo facto de se tratar de um acerto de cartografia determinada por incorrecção de cadastro, tal como estabelecido na alínea a) do nº 1 do referido artigo. Estes procedimentos foram adoptados, tendo por base a informação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), datada de 16 de Julho de 2008, onde é referido que o procedimento de acertos nos limites das zonas de construção, nos termos do artº 56º do Regulamento do Plano Director Municipal de Guimarães (R.P.D.M.) perde validade jurídica, enquanto norma de aplicação directa, após entrada em vigor do Decreto Lei nº 155/97, de 24 de Junho, tratando-se de uma "alteração de pormenor", ou do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, no caso de alteração ao abrigo do regime simplificado. A mesma informação refere ainda que o artº 56º do referido Regulamento foi a solução encontrada, em muitos Planos Directores Municipais da Região Norte, para ultrapassar a ausência de procedimento de alteração de pormenor ou simplificada previstas no Decreto-Lei nº 69/90, de 2 de Março. O artº 56º do R.P.D.M. era uma norma válida para solucionar situações de incorrecção de cadastro enquanto vigorou este Decreto-Lei. Com a entrada em vigor de legislação posterior, designadamente o Decreto-Lei nº 155/97, de 24 de Junho e o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro,

aquele artº 56º do Regulamento tornou-se inválido, porque foi substituído pelo procedimento de alteração de pormenor a partir de 1997, e pelo regime simplificado, a partir de 1999. Ora, foi com base nos pressupostos acima referidos que os serviços técnicos da Câmara propuseram, em tempo, as correcções materiais do PDM, enquadradas no regime simplificado previsto no artº 97-A do R.J.I.G.T., de forma a proceder aos acertos dos limites da zona de construção. Assim, as alterações do PDM que se pretendem efectivar são: **1 - ALTERAÇÕES DE PLANTAS DE ORDENAMENTO – Planta de Ordenamento da freguesia de Selho S. Jorge** – Em 18 de Junho de 2009, foi aprovada por esta Câmara a abertura de um procedimento para a correcção material do PDM, publicado em 13 de Outubro de 1994, de acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território - RJIGT - Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, na sequência de uma proposta do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico. A necessidade de correcção deste instrumento de gestão territorial decorreu da constatação, por parte da Câmara Municipal, da impossibilidade de aplicação do artigo 56.º do regulamento do PDM, relativo à margem de acerto e correcção nos limites das zonas de construção, conforme parecer da CCDRN. Esta situação colocou-se a propósito de um caso concreto, em que a parcela em questão – assinalada na planta anexa (**doc. 1**) – tem uma parte do terreno abrangida pela categoria de “zona de construção dominante” e outra parte é abrangida pela categoria “zona não urbanizável”. Ora, face à impossibilidade de aplicação do artigo 56.º do regulamento do PDM, a resolução desta situação passava, considerámos nós, pelo procedimento de correcção material do PDM de Guimarães, de



forma a que a totalidade do terreno passasse a ser abrangido pela categoria de “zona de construção dominante”, acertando os limites das duas categorias no local, em função do cadastro do terreno. Tal correcção material pretendida correspondia simplesmente à reformulação da planta de ordenamento – único elemento do plano que era necessário corrigir – redefinindo na planta o limite das duas categorias, de forma a que este passasse a coincidir com os limites da parcela em causa, traduzindo-se num simples corrigir da Planta de Ordenamento, ajustando os limites das categorias “zona de construção dominante” e “zona não urbanizável” na área em questão, de modo a que estes coincidissem com os limites cadastrais da parcela de terreno referida anteriormente, de forma a que a totalidade desta tivesse o mesmo tipo de uso do solo, sem ser necessário quaisquer outras alterações dos elementos constituintes do Plano, bem como dos restantes elementos que o acompanham. Tratava-se de um acerto de cartografia determinado por incorrecção de cadastro, tal como está previsto na alínea a) do n.º 1 do referido artigo. Conforme previsto no n.º 2 e 3 do artigo 97.º-A do Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro, na sua actual redacção, esta correcção material da planta de ordenamento estava sujeita a um regime procedimental próprio. Genericamente esta correcção implicou o seguinte: - A apresentação de uma nova planta de ordenamento com o ajustamento do limite das duas categorias, de forma a fazê-lo coincidir com o limite cadastral da parcela em questão, corrigindo assim a actual planta de ordenamento do PDM. - Deliberação do executivo municipal que aprovasse a correcção dos elementos da planta de ordenamento na parte afectada, e aprovasse a emissão da respectiva declaração de correcção. - nos termos previstos no n.º 3 do artigo 97.º-A, a **declaração de correcção material do**

plano, aprovada por deliberação do executivo municipal, foi enviada à Assembleia Municipal e à CCDR- Norte, a título de comunicação prévia, antes do seu envio para publicação na IIª série do Diário da República. - Finalmente, para efeitos de depósito, a Câmara Municipal remeteu à Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) uma colecção completa das respectivas peças escritas e gráficas. Ora, por ofício datado de 16 de Julho de 2009, a CCDR-N manifestou a não concordância com a aplicação deste procedimento àquele caso concreto, considerando tratar-se de uma verdadeira alteração do plano director municipal. Refira-se, ainda, que a DGOTDU nada disse após o conhecimento do teor da alteração que lhes foi remetido para depósito. Assim, atento o acima exposto, propõe-se a alteração do PDM, através da rectificação dos zonamentos, nos termos da alínea a) do nº 2 do artº 93º do R.J.I.G.T, conforme assinalado no extracto da planta de ordenamento em anexo **(doc. 2). – Planta de Ordenamento da freguesia de Gondomar** – O executivo municipal deliberou, em 23 de Julho de 2009, aprovar um segundo procedimento de correcção material, na sequência de uma nova situação concreta, em que a parcela em questão – assinalada na planta anexa **(doc. 3)** – tem uma parte do terreno abrangida pela categoria de “zona de construção de transição – tipo III” e outra parte é abrangida pela categoria “zona de parque”. Mais uma vez, face à impossibilidade de aplicação do artigo 56.º do regulamento do PDM, a resolução desta situação passou pelo procedimento de correcção material do PDM, de forma a que a totalidade do terreno passasse a ser abrangida pela categoria de “zona de construção de transição – tipo III”, acertando os limites das duas categorias no local, em função do cadastro do terreno. Todo o procedimento



decorreu conforme exposto para a situação descrita no ponto 1.1. Assim, também este procedimento necessita de ser objecto de revisão, propondo-se, igualmente, a respectiva rectificação dos zonamentos em causa, alterando assim a planta de ordenamento da freguesia de Gondomar, nos termos da alínea a) do nº 2 do artº 93º do R.J.I.G.T., cujo extracto se anexa a presente proposta **(doc. 4).**

2 -ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO – Pretende-se, ainda, efectuar duas alterações do Regulamento do PDM, nos termos e fundamentos constantes das alíneas a) e c) do artº 93º e artº 96º do RJIGT, propondo-se:

2.1 - Com o objectivo de encontrar uma solução para as pedreiras do concelho que pretendem legalizar a sua situação ao abrigo do disposto no artº. 5º do Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de Outubro, mas que, por incompatibilidade com os instrumentos de gestão territorial, vêm negada esta possibilidade, propõe-se uma alteração àquele Regulamento que visa acrescentar um n.º 6 ao art.º 40.º, com a seguinte redacção: *"6 – Admite-se o licenciamento de pedreiras e/ou a sua ampliação desde que se cumpra o disposto na legislação em vigor, e desde que demonstrado o seu interesse para a economia do concelho, reconhecido pela câmara municipal."*

2.2 – A Câmara Municipal tem-se confrontado com a necessidade de analisar pedidos de licenciamento de comércio em áreas de Zona Industrial e de Armazenagem, o que tem sido recusado, por falta de enquadramento legal no Regulamento do PDM. No entanto, tem-se entendido que as infra-estruturas das zonas industriais podem ser aproveitadas para actividades comerciais de média dimensão, porque são actividades compatíveis, e com grandes fluxos automóveis que podem facilmente ser solucionadas por aquelas infra-estruturas. O conceito de Zona Industrial e de Armazenagem tem sofrido, ao

longo dos tempos (desde que o Regulamento foi aprovada em 1994), uma mudança do conceito, abrangendo, hoje em dia, outras áreas da actividade económica, funcionamento, algumas vezes, em complementaridade. Tem-se verificado que algumas indústrias pretendem comercializar os seus produtos nas instalações fabris e, por outro lado, instituir a actividade de serviços como forma de apoio à sua actividade principal. Por outro lado, a ocupação de unidades industriais devolutas com a actividade comercial será uma forma de aproveitar aqueles espaços e revitalizá-los. Deste modo, e com vista à resolução de conflitos decorrentes da prática da gestão urbanística relativamente a funções comerciais em Zona Industrial e de Armazenagem, propõe-se a alteração do n.º 2 do artigo 29.º do Regulamento vigente, com a seguinte redacção: "2 - *Esta zona destina-se exclusivamente a indústria, armazém, comércio e ainda a serviços, com excepção do disposto no número seguinte.*" **3.** Todas estas alterações configuram pequenas modificações que não produzem efeitos significativos no ambiente, pelo que se considera não constituir objecto de avaliação ambiental, nos termos do n.ºs. 3 e 4 do artº 96º do RJIGT, tendo em conta os critérios constantes do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho. **4.** Pelo exposto, propõe-se a alteração do conteúdo documental do PDM, nomeadamente do seu Regulamento e Plantas de Ordenamento, encontrando-se sujeita ao regime procedimental próprio previsto nos artºs 74º, 75º-C e 96.º do mesmo diploma, a aprovar pela Câmara Municipal". Os documentos acima mencionados dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ---- PROCEDIMENTO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE UMA**

**ASSESSORIA TÉCNICA COM O ARQUITECTO NUNO PORTAS
NO ÂMBITO DA ACÇÃO DO PLANEAMENTO URBANO
MUNICIPAL**

Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Planeamento de Projectos e Planeamento Urbanístico em substituição: "Refere-se a presente informação técnica à actividade de planeamento hoje verificada na Divisão de Planeamento Urbanístico e que se revela centrada (como actividades dir-se-á prioritárias) na revisão do Plano Director Municipal (PDM) e na conclusão dos estudos urbanísticos denominados "centralidades". A revisão do PDM encontra-se na sua fase final de execução, perspectivando-se a sua conclusão, aprovação e entrada em vigor no corrente ano. Dos trabalhos ainda em curso, destacam-se a definição das unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG) e a redacção final do seu regulamento. Para tal, afigura-se preponderante a eficaz e coerente consolidação dos trabalhos em curso bem como uma correcta articulação entre os vários "dossiers" temáticos que irão compor a "revisão do Plano Director Municipal". Por outro lado, a revisão daquele Plano pressupõe uma actividade de planeamento ainda mais pró-activa, quer na análise dos pedidos formulados pelos Municípes, quer nos estudos / planos elaborados pelos Serviços. Por fim, e em função das últimas mudanças legislativas ao nível do planeamento e possibilidades múltiplas de actuação ao nível do planeamento urbano, à actividade de planeamento deve ser inerente a aplicação e rentabilização da experiência adquirida, conhecimento revelado e multidisciplinar. Como tal, a salvaguarda de uma assessoria técnica exterior à Câmara Municipal de Guimarães que assegure e potencie experiências profissionais, conhecimentos técnicos complementares e indutores de maior qualidade na execução e decisão inerentes à actividade de

planeamento municipal, apresenta-se como uma medida positiva e que trará benefícios grandes para o incremento de qualidade na execução e decisão inerentes à acção do planeamento municipal. Quer pelo seu conhecimento específico sobre Guimarães e o Vale do Ave, quer pela sua formação e saber especializado, quer ainda pela experiência profissional revelada e o domínio da multidisciplinaridade no acto do planeamento urbano, o arquitecto Nuno Portas surge como um nome incontornável e de valor inegável para o trabalho de planeamento em curso. Assim, julga-se que será de todo vantajoso a concretização de uma assessoria técnica com o arquitecto Nuno Portas para acompanhamento, análise e participação na decisão do trabalho referente à acção do planeamento municipal de Guimarães. Essa assessoria deverá constituir-se em reuniões periódicas (entre o mínimo de uma reunião mensal e o máximo de uma reunião semanal) em função das situações, trabalhos parcelares e decisões a executar. O número 4 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro estabelece que a contratação de serviços em regime de avença e tarefa, por parte da Administração pública, só poderá ocorrer com pessoas colectivas. Entretanto, com a publicação do Decreto-Lei 209/2009, de 3 Setembro, que procede à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei n.º 12 -A/2008, tal contratação de serviços foi alargada a pessoas singulares, caso se verifique previamente uma deliberação favorável do órgão executivo, como refere o artigo 6.º deste diploma legal. **Assim, e enquadrando-se esta proposta de assessoria nas possibilidades legais do decreto-lei n.º 18/08, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, coloca-se à consideração superior a contratação, através de um procedimento, do arquitecto Nuno Portas, para prestar**

**assessoria técnica no âmbito da acção do planeamento urbano municipal.**

Como primeiro acto, e sendo o arquitecto Nuno Portas uma Pessoa Singular, propõe-se que seja submetida a deliberação do órgão executivo a autorização para desenvolver um procedimento tendente à sua contratação, ao abrigo do art.º 6.º do mencionado Decreto-Lei 209/2009, de 03 Setembro”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROCEDIMENTO PARA A ADJUDICAÇÃO DA EXECUÇÃO DA CENTRALIDADE DE SANDE S. LOURENÇO NO ÂMBITO DA ACÇÃO DO PLANEAMENTO URBANO MUNICIPAL

– Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Planeamento de Projectos e Planeamento Urbanístico em substituição: “O n.º 4 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro estabelece que a contratação de serviços em regime de avença e tarefa, por parte da Administração pública, só poderá ocorrer com pessoas colectivas. Entretanto, com a publicação do Decreto-Lei 209/2009, de 3 Setembro, que procede à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei n.º 12 -A/2008, tal contratação de serviços foi alargada a pessoas singulares, caso se verifique previamente uma deliberação favorável do órgão executivo, como refere o artigo 6.º deste diploma legal. Assim, serve a presente informação técnica para enquadrar e fundamentar a proposta de contratação de pessoas singulares para a execução do estudo urbanístico inerente à centralidade da freguesia de Sande S. Lourenço, concelho de Guimarães que, em função da informação técnica datada de 02 Fevereiro de 2010 e respectivo despacho superior, se revela pertinente e necessária. Encontrando-se os Serviços Técnicos da Divisão de Planeamento Urbanístico afectos a outros trabalhos considerados igualmente prioritários, e potenciando-se o recurso à experiência entretanto adquirida no

domínio do planeamento e estudos urbanísticos em conjugação com a necessidade do serviço e a prospecção realizada no mercado de trabalho (no âmbito da adopção de um procedimento de ajuste directo de forma a agilizar a execução do trabalho – tal como o disposto no Decreto-Lei n.º 18/08, que aprovou o Código dos Contratos Públicos), entende-se que a arquitecta Vânia Sofia Lima de Oliveira reúne as condições técnicas e logísticas necessárias à execução do trabalho em causa. Sendo a arquitecta Vânia Sofia Lima de Oliveira uma Pessoa Singular, propõe-se que seja submetida a deliberação do órgão executivo a autorização para desenvolver um procedimento tendente à sua contratação, ao abrigo do já mencionado artigo 6.º do Decreto-Lei 209/2009, de 03 Setembro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO – ADESÃO DO MUNICÍPIO E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS** – Presente a seguinte proposta: “O “Pacto para a Competitividade e a Inovação Urbanas”, formalizado em Outubro de 2008 entre os Municípios de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão e a Universidade do Minho, Associação Industrial do Minho e Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal, prevê a instituição de uma Associação de Municípios de Fins Específicos constituída pelos Municípios mencionados, com a finalidade de garantir as bases para o desenvolvimento e execução do projecto “Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a Inovação e a Internacionalização”. Do percurso ainda recente, para a constituição de uma rede urbana de cooperação dedicada à promoção da competitividade, inovação e internacionalização das cidades de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, vulgarmente denominado como o projecto Quadrilátero, salientam-se os seguintes momentos: - Candidatura



à medida “Acções Preparatórias para as Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação” (Novembro de 2007), submetida junto da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU); - Aprovação da candidatura à medida “Acções Preparatórias para as Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação” (Informação à Reunião de Câmara de 19 de Dezembro de 2007); - Submissão da candidatura “Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a Inovação e a Internacionalização” (Outubro de 2008), com o “programa Estratégico de Cooperação 2009-2013”, à medida “Politica de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação”, do Programa Operacional Regional do Norte, ON.2 – Novo Norte (Protocolo de Colaboração ratificado na Reunião de Câmara de 22 de Outubro de 2008); - E aprovação do Programa Estratégico de Cooperação da candidatura “Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a Inovação e a Internacionalização” (Setembro de 2009), com formalização do Protocolo de Financiamento entre as entidades parceiras e a Autoridade de Gestão do ON.2 (Ratificado na Reunião de Câmara de 5 de Novembro de 2009). As associações de municípios de fins específicos, conforme o Artigo 2º da Lei 45/2008, “são pessoas colectivas de direito privado criadas para a realização em comum de interesses específicos dos municípios que as integram, na defesa de interesses colectivos de natureza sectorial, regional ou local.” De acordo a proposta de Estatutos, a “Associação Quadrilátero tem como fim principal a implementação do Programa Estratégico de Cooperação (PEC), bem como a executar os projectos nele previstos, no âmbito do projecto “Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a Inovação e a Internacionalização”, enquadrado na medida “Politica de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação”,

financiado pelo Programa Operacional Regional do Norte, do QREN 2007-2013.” Em termos mais específicos, a Associação Quadrilátero terá como objecto a execução das operações Quadrilátero em Rede (gestão, dinamização e comunicação), Quadrilátero Digital, Quadrilátero Mobilidade, Quadrilátero Desenvolvimento Urbano, Quadrilátero Cultural e Quadrilátero Criativo. Para a sustentação do funcionamento e operacionalidade desta estrutura, ao longo do período de vigência do projecto, foram previstas na Operação “Quadrilátero em Rede” as devidas despesas de recursos humanos e recursos físicos, com comparticipação FEDER. No desenho institucional da nova associação, no estrito cumprimento da legislação e na reinterpretação do espírito que preside a este projecto de cooperação inter-urbana, procurou-se ter em atenção princípios e critérios como: o “trabalho em rede” e o “espírito de parceria”; o princípio de paridade/equidade; e o princípio de rotatividade. Deste modo, entre outros exemplos, o cargo de presidência do Conselho Executivo é rotativo entre os Municípios; a sede da associação assume-se como sede administrativa, cabendo rotativamente a cada cidade o lugar de sede do Quadrilátero, no momento e durante o período em que a presidência do Conselho Executivo esteja a cargo do Presidente da Câmara Municipal dessa cidade. A presente proposta mereceu já a análise e validação dos quatro Executivos Municipais envolvidos e respectivos serviços jurídicos. Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere: 1 - A sua adesão à Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero, a constituir nos termos da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto; 2 - Aprovar o projecto de Estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero, o qual se junta em anexo ao processo, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º



da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do artigo 34º da Lei nº 45/2008; 3 - Solicitar à Assembleia Municipal que delibere, nos termos da alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do artigo 34º da Lei nº 45/2008, aprovar e autorizar o Município a associar-se com os Municípios de Barcelos, Braga e Vila Nova de Famalicão na Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero e aprovar os Estatutos da mesma. 4 - Dar poderes ao Presidente da Câmara Municipal para que em nome e representação do Município outorgue a escritura pública de constituição da pessoa colectiva de direito privado "Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero." **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ASSOCIAÇÃO "CENTRO CIÊNCIA VIVA DE GUIMARÃES" – ADESÃO DO MUNICÍPIO E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS –

Presente a seguinte proposta: "Os Centros Ciência Viva têm como principal objectivo a divulgação da cultura científica e tecnológica junto da população portuguesa. Distribuídos por todo o território nacional, os Centros Ciência Viva são casas de ciência e convidam os visitantes de todas as idades a participar em actividades e exposições interactivas. Fazem parte da Rede Nacional de Centros Ciência Viva do Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, em gestão conjunta como Pavilhão do Conhecimento - Ciência Viva, em colaboração com as Câmaras Municipais e com forte interacção com a comunidade científica. Os Centros Ciência Viva representam a moderna museologia da ciência e são espaços dinâmicos de conhecimento e lazer, onde se estimula a curiosidade científica e o desejo de aprender, e são ainda espaços

interactivos de divulgação científica e tecnológica distribuídos pelo território nacional, funcionando como plataformas de desenvolvimento regional - científico, cultural e económico - através da dinamização dos actores regionais mais activos nestas áreas. O Ciência Viva foi criado como uma unidade do Ministério da Ciência e da Tecnologia, por Despacho I Nº 6/MCT/96, de 01.07.96, competindo-lhe o apoio a acções dirigidas para a promoção da educação científica e tecnológica na sociedade portuguesa, com especial ênfase nas camadas mais jovens e na população escolar dos ensinos básico e secundário. Por escritura de 17 de Julho de 1998 foi constituída a Associação Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, com publicação em DR III Série, Nº 256/98, de 5 de Novembro de 1998. Pretende-se instalar em Guimarães um Centro de Ciência Viva, sendo necessário constituir uma Associação para gerir esse Centro, que integre a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, a Câmara Municipal de Guimarães e a Universidade do Minho, instituição envolvida neste processo desde a sua génese e que tomou a seu cargo a definição do perfil do Centro de Ciência Viva de Guimarães e dos conteúdos que lhe darão expressão, havendo todo o interesse em assegurar que aquela instituição de ensino superior continue associada ao processo, com vista à actualização de conteúdos e desenvolvimento cientificamente sustentado do projecto. Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere: 1 - A constituição da Associação “Centro de Ciência Viva de Guimarães” com a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica e a Universidade do Minho; 2 - Aprovar o projecto de Estatutos da Associação, o qual se junta em anexo ao processo, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de



Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 3 - Solicitar à Assembleia Municipal que delibere, nos termos da alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e autorizar o Município a associar-se com a Universidade do Minho e a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica e aprovar os Estatutos da mesma. 4 - Dar poderes ao Presidente da Câmara Municipal para que, em nome e representação do Município, outorgue a escritura pública de constituição da Associação”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

INDEMNIZAÇÃO POR SINISTRO OCORRIDO NO LARGO DA BOTICA – FREGUESIA DE CALDELAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 2 de Fevereiro de 2010, que concordou com o pagamento do valor de €56,26 a Rosa de Campos Pereira, correspondente ao valor do IVA da reparação da sua viatura, na sequência de um sinistro ocorrido no Largo da Botica, freguesia de Caldelas e que, por lapso dos serviços, não foi mencionado na deliberação que aprovou a indemnização (deliberação de 3 de Dezembro de 2009).

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----
REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – ALTERAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Os Conselhos Municipais de Segurança foram criados pela Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal o respectivo Regulamento provisório em 02/03/1999 e o definitivo em 29/09/2000. Entretanto, em 2003, viria a ser criada a Polícia Municipal de Guimarães, o que, em função da sua específica e privilegiada articulação com as forças de segurança e com o

Serviço Municipal de Protecção Civil, determina a necessidade de integrar representantes desta unidade no Conselho Municipal de Segurança, designadamente o Vereador e o responsável pelo respectivo comando. Por outro lado, constituindo também competência do Conselho Municipal de Segurança a análise e emissão de parecer sobre temas relacionados com a situação socio-económica municipal, condições e meios empregues nas actividades sociais de apoio aos tempos livres, acompanhamento das acções dirigidas à prevenção da toxicodependência e incidência social do tráfico de droga, bem como o levantamento de situações sociais com potencialidade criminógena e carecidas de apoio à inserção, devem nele estar representadas entidades que directamente actuam nestes campos, tais como os serviços de acção social da Câmara Municipal e as entidades do sector empresarial local e do sector cooperativo de interesse público cujas atribuições se inserem neste âmbito. Assim, proponho, ao abrigo do disposto nos arts. 5.º e 6.º da referida Lei n.º 33/98, conjugado com o disposto no art. 53.º, n.º 1, al. n) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que seja apresentada à Assembleia Municipal, para aprovação, a alteração da redacção do art. 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, nos termos constantes da informação que se anexa. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR**

SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----

REGULAMENTOS – LIGA MINI DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal, através do seu Gabinete de Desporto, e em conjunto com a Cooperativa Tempo Livre, pretende organizar, já este ano, e com periodicidade anual, a Liga Mini Guimarães, uma competição de futebol destinada a clubes e



associações desportivas do concelho de Guimarães, mas apenas para jovens nascidos entre 2000 e 2001 (Futebol de 7) e 2002 e 2003 (Futebol de 5), tendo como principal objectivo elevar o espírito de *fair-play* nos mais jovens praticantes da modalidade. Para o efeito, junto se anexa o Regulamento da competição para aprovação da Câmara Municipal”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE DOCENTES DE INGLÊS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CICLO DE ENSINO BÁSICO –

Presente a seguinte informação da Directora do Departamento de Recursos Humanos e Sistemas de Informação: “Atendendo às necessidades de recursos humanos manifestadas pela Divisão de Cultura e Desporto, resultante de seis novas desistências de docentes da área de inglês, no âmbito das actividades de enriquecimento curricular, solicita-se autorização para proceder ao respectivo recrutamento, atendendo a que os postos de trabalho estão previstos e vagos no mapa de pessoal, bem como a respectiva previsão orçamental. Atendendo ao disposto no art.º 4º do Decreto-Lei nº 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o nº 2 do art. 6º da Lei nº 12-A/2008 de 11 de Setembro, informo que a decisão da promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. O referido procedimento de recrutamento obedecerá obrigatoriamente ao estabelecido no Decreto-Lei nº 212/2009 de 3 de Setembro. Atendendo a que este diploma nada estabelece quanto à

competência para autorizar o recrutamento, o presente pedido deve ser submetido a deliberação da Câmara Municipal, nos termos supra referidos". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS

– Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de Janeiro de 2010, que disponibilizou, ao Departamento de Informática da Universidade do Minho, o transporte, em autocarro, dos participantes na Conferência Internacional IFIP WG2.1, entre os passados dia 25 e 29 de Janeiro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE GIL VICENTE – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 27 de Janeiro de 2010, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas de Gil Vicente, o transporte, em autocarro, dos alunos do Grupo de Educação Física à Piscina Municipal, nos dias 1, 2, 3 e 4 de Fevereiro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE MASCOTELOS



CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 1 de Fevereiro de 2010, que disponibilizou, à Associação de Pais de Mascotelos, o transporte, em autocarro, de 47 crianças ao Pavilhão Multiusos, no dia 15 de Fevereiro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 27 de Janeiro de 2010, que disponibilizou, à Cooperativa Fraterna, viaturas da Câmara para distribuição de cabazes, nos passados dias 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10 e 11 de Fevereiro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ARQUEÓLOGO MÁRIO CARDOSO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 27 de Janeiro de 2010, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso, o transporte, em autocarro, dos alunos do 1.º Ciclo ao Centro Histórico de Guimarães, nos dias 8, 9, 10, 11, 22 e 23 de Fevereiro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE ABAÇÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento Vertical de Escolas de Abação solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte de 44 alunos ao Paço dos Duques de Bragança, no próximo dia 4 de Março. Considerando que se trata

de uma deslocação que visa a participação dos alunos nas Oficinas Pedagógicas “As Cores e as Formas em José de Guimarães” e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR ABEL SALAZAR – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas Professor Abel Salazar solicitou a colaboração do Município através da cedência de dois autocarros para efectuar o transporte dos alunos das EB1’s de Lourinha, Roupeire, Bairros, Barreiro e Monte à EB 2,3 Professor Abel Salazar, no próximo dia 11 de Março. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico que conta com a presença da escritora Cármen Andrade e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE BRITEIROS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento Vertical de Escolas de Briteiros solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte de 47 crianças à Vimágua, no próximo dia 17 de Março. Considerando que se trata de uma deslocação inserida no Programa Eco-Escolas que a escola está a desenvolver e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do



executivo camarário o transporte solicitado". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES

– Presente a seguinte proposta: "A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães solicitou o apoio da Câmara Municipal de Guimarães para a reparação de um veículo rural de combate a incêndios, viatura esta que tem sido extraordinariamente útil e importante no combate aos fogos florestais pela sua capacidade operacional. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães não tem capacidade financeira para assumir o custo desta reparação e as entidades que tutelam o sector não corresponderam positivamente aos pedidos de apoio solicitados, pelo que, e caso a Câmara Municipal não subsidie esta reparação na totalidade do seu custo, a viatura continuará totalmente inoperacional, com os prejuízos que daí podem advir para a estratégia municipal de combate aos fogos florestais. Tendo em conta o exposto propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de €16.680,00 (dezassex mil seiscientos e oitenta euros) à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães para a reparação desse veículo rural de combate a incêndios". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luisa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 20 a 23 e 25 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a

ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVO DE SILVARES - CENTRO DE APOIO A IDOSOS – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social Cultural e Desportivo de Silvares vai promover a construção de um Centro de Apoio a Idosos no antigo edifício da Escola do Casquinho que se encontra desactivado, e que lhe foi cedido para instalação de uma valência social. Os orçamentos para as obras de adaptação do referido edifício, que vão ser realizadas de acordo com os regulamentos de edificações da Segurança Social, quantificam o investimento necessário em €150 000,00 (cento e cinquenta mil euros), valor que a associação promotora não dispõe, tendo solicitado apoio municipal. O Centro de Idosos irá funcionar através de um protocolo com o Centro Regional da Segurança Social. Considerando o interesse social da sua instalação na freguesia, dado o índice de envelhecimento elevado que nela se verifica, proponho que seja atribuído o subsídio de 30 000,00€ (trinta mil euros), correspondente a 20% do investimento previsto, a pagar mediante autos de medição do Departamento de Obras Municipais



das obras a realizar, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 20 a 23 e 25 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE ANTIGOS ALUNOS DA ESCOLA DE SANTA LUZIA – Presente a seguinte proposta: “A Escola de Santa Luzia, na Rua Francisco Agra, foi durante quase todo o século XX o principal estabelecimento do ensino primário público sediado na cidade. Foi frequentado por várias gerações de vimaranenses que dele guardam importantes memórias. Após o seu encerramento foi criada uma Associação de Antigos Alunos

que mantém uma sede num espaço da antiga escola e que organiza anualmente um encontro de saudade. A Associação está a sentir grandes dificuldades financeiras para assumir as despesas de funcionamento, pelo que solicitou apoio municipal. Considerando o interesse municipal em preservar a memória daquela escola, proponho que seja atribuído o subsídio de €500,00 (quinhentos euros), como comparticipação municipal numa campanha de angariação de fundos junto dos antigos alunos que aquela associação se propõe desenvolver, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 20 a 23 e 25 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como



“pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO DE HOLANDA – 29ª SEMANA ABERTA –

Presente a seguinte proposta: “A Escola Secundária Francisco de Holanda vai organizar no âmbito da sua 29ª Semana Aberta, no próximo dia 24 de Março, o “Sarau da Xico”, iniciativa de real tradição escolar e cultural da cidade, tendo solicitado apoio municipal para os encargos com o aluguer do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor. Considerando o interesse da iniciativa, mobilizadora de um grande público, e a sua importância pedagógica e recreativa que, em anos anteriores, tem permitido revelar talentos nos vários domínios das artes, proponho que seja atribuído o subsídio de 1 968,75€ (mil novecentos e sessenta e oito euros e setenta e cinco centimos), correspondente ao custo do aluguer solicitado, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 20 a 23 e 25 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de

programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ATLETISMO –
CAMPEONATO DA EUROPA DE CORRIDA DE MONTANHA**

2012 – Presente a seguinte proposta: “A Federação Portuguesa de Atletismo propôs à Câmara Municipal a apresentação de uma candidatura para a organização em 2012 do Campeonato da Europa em Corrida de Montanha, uma prova do calendário da Associação Europeia de Atletismo, a ter lugar na Montanha da Penha. O número de países participantes está estimado em vinte e cinco (25), o número de atletas em duzentos e vinte e seis (226), prevendo-se a emissão de trezentas e quarenta e uma (341) creditações para o conjunto de participantes e elementos de apoio. O investimento da organização terá custos próximos dos €50 000,00 (cinquenta mil euros), a que haverá que reduzir o subsídio da Associação Europeia de Atletismo de €5 000,00 (cinco mil euros), e receitas que possam ser obtidas através do marketing e patrocínios. Considerando o interesse desportivo da prova, a sua correspondência à política de promoção de eventos de afirmação de Guimarães internacionalmente, a coincidência com o programa “Guimarães CEC 2012”, proponho que a Câmara Municipal apresente a sua candidatura ao Campeonato da Europa de Corrida de Montanha 2012”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – MORÁVIA – ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE MOREIRA DE CÓNEGOS – TAÇA DE PORTUGAL BTT CROSS COUNTRY**

– Presente a seguinte proposta:” A Morávia – Associação Juvenil de Moreira de Cónegos vai realizar nos dias 15 e 16 de Maio uma prova da modalidade de BTT designada Taça de Portugal XCO Cross Country. A prova inclui o calendário da Federação Portuguesa de Ciclismo, terá a participação de equipas de todo o País e de Espanha, e ampla cobertura televisiva. Para a sua realização, a associação promotora solicitou o apoio da Câmara Municipal. Considerando o interesse desportivo, a descentralização concelhia, o exemplo seguido em realizações anteriores, as responsabilidades assumidas perante a entidade de tutela da modalidade, e a divulgação que terá de uma área do concelho menos conhecida, proponho que seja concedido o apoio de €1 000,00 (mil euros) à associação promotora, e que sejam cedidas grades metálicas de protecção para colocação ao longo do percurso da prova, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 20 a 23 e 25 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no

mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO – FESTAS DE SANTO AMARO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 8 de Fevereiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Sande S. Martinho um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas de Santo Amaro, realizadas entre os passados dias 8 e 18 de Janeiro, num máximo de €46,18 (quarenta e seis euros e dezoito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS DOZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----